

Prefácio

Leandro Alves Teodoro

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

TEODORO, LA. *A escrita do passado entre monges e leigos: Portugal – séculos XIV e XV* [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2012. Prefácio. pp. 13-16. ISBN 978-85-393-0435-6. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

PREFÁCIO

E porque a História é luz da verdade, testemunha do tempo, mestra e exemplo da vida, mostradora da antiguidade, recontaremos, em atenção à vontade de Deus, a verdade das coisas, nas quais verão, os que esta história lerem, a utilidade que traz aos presentes saber os fatos passados, que nos mostram no decurso desta vida o que devemos saber para seguir, e o que devemos ouvir para ter aversão.¹

Nessa passagem da *Crónica de los Señores reyes católicos Don Fernando y Doña Isabel de Castilla y de Aragon*, o cronista espanhol Hernando Del Pulgar (Toledo, 1436?-1493), servidor de Henrique IV e dos reis católicos, traz para o seu relato, de forma mais precisa do que costumam fazer seus contemporâneos dos diversos reinos europeus, a célebre máxima do pensador romano Marco Túlio Cícero (106 a.C. - 43 a.C.) sobre a história. Cícero tinha proposto que o passado poderia funcionar como guia imperecível para o comportamento virtuoso e que a história era uma espécie de reservatório de experiências a serem apreendidas pelos leitores ou ouvintes, que deveriam fazer suas as

1 Hernando del Pulgar. *Crónica de los Señores Reyes Católicos Don Fernando y Doña Isabel de Castilla y de Aragón*. Cotexada con antiguos manuscritos y aumentada de varias ilustraciones y enmiendas. Valencia: En la imprenta de Benito Monfort, 1780, p.1 (tradução minha).

experiências alheias, a fim de repetir no futuro o que tinha sido sucesso no passado. A proposição teve uma fortuna que atravessou as barreiras do tempo e serviu de mote para se pensar os proveitos da história em diversos momentos e instâncias. Pensadores medievais ilustres, como Isidoro de Sevilha, por exemplo, usaram o mote para defender a utilidade da história;² pensadores contemporâneos, como Reinhart Koselleck, para definir a especificidade da história antes da modernidade; o senso comum para engrandecê-la, ressaltando e naturalizando seu suposto potencial transformador.

Leandro Alves Teodoro não negligencia a força e a plasticidade do mote, que nutriu o fazer histórico medieval, mas deu um sentido cristão à missão de instruir por meio da lembrança do passado. Todavia, não se deixa inebriar com as seduções das longas durações, lançando uma perscrutação sobre os meandros e os sutis deslocamentos da história escrita entre os dois espaços que, em Portugal, nos séculos XIV e XV, concorreram para delinear o passado na forma escrita: os mosteiros e a corte régia. A história da história medieval que propõe não perde de vista que a valorização da escrita do passado a partir do século XII esteve ligada ao empenho dos diversos reinos em dar forma ao seu passado tendo em vista as demandas do tempo presente; tendo em vista, em especial, a necessidade de justificar e engrandecer o poder em atuação.

Tratando, pois, do tempo em que a história ganha o território das línguas vernáculas, e as histórias dos reinos particulares tinham já conquistado o espaço antes ocupado pelas histórias universais,³ Teodoro desdobra como o desejo de contornar o esquecimento por meio da ordenação escrita do passado é conduzido, nos séculos XIV e XV, pelo desejo de exaltar os méritos de um povo que se afirmava a partir de uma unidade geográfica, uma língua comum e um poder particular. O sentido religioso que tinha conduzido de forma explícita

2 Isidoro de Sevilha. *Etimologias*. Texto latino, version española y notas por Jose Oroz Reta y Manuel A. Marcos Casqueiro. Introducción general por Manuel C. Diaz y Diaz. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2004, Libro I, 43. Sobre la utilidad de la historia, p.349.

3 Guenée, Bernard. *Histoire et Culture Historique dans l'Occident médiéval*. Paris: Aubier Montaigne, 1980, p.309.

as histórias universais aparece, nas crônicas desse tempo, totalmente difuso, mostrando-se apenas perceptível na articulação entre passado, presente e futuro. Melhor dizendo, nota-se apenas o pano de fundo de um aquém e um além eternos, como tinha ensinado Agostinho,⁴ ou seja, de uma origem e um fim essenciais, divinos, supostamente justificando as escolhas do que devia ser fixado para a posteridade. Ainda que, como provedor de exemplos, tal como em Cícero, o passado devia ser organizado não mais sob os parâmetros daquele tempo em que o vir a ser era entendido como repetição do passado, em ciclos completos, mas de um outro tempo, entendido como inacabado e a ser cumprido na história. Nesse sentido transcendente cristão da existência, uma unidade oculta aparece unindo o começo e o fim, e nada se apresenta como novo, pois a meta da história era provar o que já estava no início.⁵

A esse sentido oculto, eixo das preocupações dos filósofos, o historiador reserva um espaço menor. Embora reconheça que tal sentido não possa ser negligenciado, Teodoro perscruta a organização das narrativas históricas dos séculos XIV ao XV, atentando para o que do movimento temporal mereceu ser então registrado na história, isto é, esquadrinha quais as particularidades da experiência encarnada pelos homens, sobretudo de poder, que monges e leigos selecionaram para figurar nas suas histórias. É esse, a propósito, seu principal alvo: interrogar se a história escrita nos mosteiros portugueses, nomeadamente em Santa Cruz de Coimbra no século XIV, distingue-se significativamente daquela traçada pelos cronistas da corte régia portuguesa desde os tempos de D. João I até D. Manuel, quando as histórias dos reis portugueses, reunidas primeiramente na *Crônica de 1419* e depois organizadas por reinados independentes, foram ganhando uma forma desvinculada das histórias de outros reis e reinos da Espanha e fazendo por merecer o designativo portuguesa.

4 Santo Agostinho. *Confissões*. Trad. J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina, 12. ed. Braga: Livraria Apostolado da Imprensa, 1990, Livro XI, especialmente p.306-16.

5 Günther, Horst. *Le temps de l'histoire*. Paris: Éd. de la Maison des sciences de l'homme, 1996, p.50-1.

Se a interrogação principal do autor do livro, portanto, não esconde o interesse por fisgar alguma continuidade, esta continuidade é, contudo, muito mais circunscrita do que aquela que diz respeito à mística cristã em torno da história. Ao cotejar o que ficou registrado nas *Crônicas breves de Santa Cruz de Coimbra* com o que legaram para a posteridade os cronistas mores portugueses que trabalharam no âmbito do Arquivo régio – Fernão Lopes, Gomes Eanes de Zurara e Rui de Pina –, Teodoro navega tanto pelas continuidades quanto pelas discontinuidades. O historiador não desconsidera, por exemplo, que os valores das crônicas de corte são nutridos pelos ideais monásticos de delimitação do Bem e do Mal e de projeção de um futuro inspirado no que tinha sido e na identidade entre a origem e o fim (Deus), mas ressalta como as crônicas oficiais vão se demarcando para introduzir uma história em que as guerras e outras ações cotidianas, mesmo que justificadas como necessárias para a constituição de um caminho justo, indicam como os interesses dos reinos particulares já se sobrepunham ao discurso da unidade do povo cristão. Os reis portugueses, mesmo que apresentados como representantes por excelência do Bem na Terra, mais representam os interesses dos seus conterrâneos do que o do povo cristão em geral.

Louvável iniciativa da Editora da Unesp de trazer à luz este estudo. A partir dele, adentramos em um curioso tempo no qual história escrita e poder eram indissociáveis, ou melhor, no qual estava naturalizado que a história deveria ser um instrumento do poder e, igualmente, uma fonte de ensinamentos para os homens que o exerciam.

Susani Silveira Lemos França